

ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE  
PROJETO DE EXTENSÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA - UNILA  
FOZ DO IGUAÇU, - PARANÁ - BRASIL

CONTATOS:

✉ [escolapopulardacidade@gmail.com](mailto:escolapopulardacidade@gmail.com)

🌐 <http://eppc.redelivre.org.br/>

📘 Escola Popular de Planejamento da Cidade

📷 @eppc\_unila

🐦 @eppc\_unila

🌐 <https://issuu.com/eppc.unila>



*“A teoria sem a  
prática vira  
verbalismo, assim  
como a pratica sem  
teoria, vira ativismo.  
No entanto,  
quando se une  
a prática com  
a teoria tem-se a  
práxis, a ação  
criadora e  
modificadora da  
realidade.”*

**Paulo Freire,**  
(EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA  
DA LIBERDADE , P. 67)



# EPPC CARTILHA

**METODOLOGIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS  
VULNERÁVEIS ÀS REMOÇÕES FORÇADAS E PARA  
A PROPOSIÇÃO DE AÇÕES ALTERNATIVAS**



#### Ilustrações e texto

Cecília Maria de Morais Machado Angileli; Laura Acuña Rodas

#### Revisão de texto

Solange Rodrigues Bonomo Assumpção

ANGILELI, Cecília Maria de Morais Machado; RODAS, Laura Acuña (Orgs.), 2020

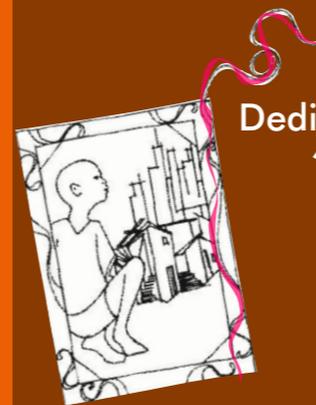
Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC): metodologia para a identificação de áreas vulneráveis às remoções forçadas e para a proposição de ações alternativas / Cecília Maria de Morais Machado Angileli; Laura Acuña Rodas (Orgs.). Foz do Iguaçu: EPPC, 2020.

20 p. il.

1. Planejamento da cidade. 2. Remoções forçadas. 3. Metodologia participativa. 4. Ações alternativas às remoções forçadas.

#### Para citar esta cartilha, use os dados abaixo:

ANGILELI, Cecília Maria de Morais Machado; RODAS, Laura Acuña (Orgs.). Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC): metodologia para a identificação de áreas vulneráveis às remoções forçadas e para a proposição de ações alternativas. Foz do Iguaçu: EPPC, 2020, 20p.



Dedicamos essa cartilha a todas as pessoas voluntárias deste trabalho:  
“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.”

**Paulo Freire, outono de 1968**

(PAULO FREIRE, PEDAGOGIA DO OPRIMIDO, P. 23.)

## SUMÁRIO

1. A ESCOLA POPULAR DE PLANEJAMENTO DA CIDADE
2. HISTÓRICO
3. OBJETIVOS
4. METODOLOGIA
5. EXERCÍCIO DE MULTIPLICAÇÃO DA METODOLOGIA

Nas cidades têm-se ampliado as remoções forçadas, decorrentes da implantação, por vezes sobreposta, de grandes projetos tanto urbanos quanto de infraestrutura sobre comunidades pobres. Identificar antecipadamente esses processos e seus impactos, como também construir soluções para estas situações, é o convite da EPPC.

## O QUE É A EPPC?

A **Escola Popular de Planejamento da Cidade (EPPC)** é uma metodologia de construção de conhecimento colaborativo e solidário que envolve estudantes universitárias(universitários) de toda a América Latina e do Caribe, populações vulneráveis às remoções forçadas e aos processos de injustiça ambiental, movimentos sociais e instituições de defesa de direitos.

Ao longo de diversos encontros itinerantes realizados em universidades locais, em organizações de direitos humanos e nas comunidades vulneráveis às remoções forçadas, as(os) participantes aprofundam temáticas específicas referentes à produção desigual das cidades e aos impactos dos grandes projetos urbanos na região, bem como desenvolvem ações de resistência às remoções e planos alternativos.



## PROTAGONISTAS

## HISTÓRICO

Essa metodologia tem como base 19 anos de trabalho em comunidades populares como favelas, ocupações, acampamentos e assentamentos, em contextos urbanos e rurais, em regiões de serra, fronteira e sertão. Ela resulta de um percurso técnico e acadêmico no qual se envolveram diversas instituições e redes colaborativas, a fim de desenvolverem, colaborativamente, estudos sobre os processos de produção e apropriação do espaço periférico, de planos urbanos e habitacionais participativos, de intervenções culturais e de educação popular como resistência a processos de violações de direitos humanos, além de pesquisas e ações contra as remoções forçadas de moradia.



## QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DA EPPC?

1. Construir, de forma colaborativa e plural um banco de dados sobre as remoções forçadas e difundi-lo por meio de ferramentas de comunicação popular e social.
2. Dimensionar as remoções forçadas na região de atuação.
3. Subsidiar comunidades afetadas, localizadas nessas regiões, com ferramentas de conhecimento e de análise da situação, fortalecendo um processo emancipatório e de defesa do direito à moradia, e do direito à cidade.
4. Organizar dossiês de denúncia e planos alternativos às remoções.
5. Propiciar processos de formação e multiplicação da metodologia construída pela **EPPC**.

## QUAIS SÃO OS OBJETIVOS DESTA CARTILHA?

Esta cartilha tem como objetivo multiplicar os espaços e a rede de agentes formadoras(formadores) contrários às remoções forçadas.

## QUAL É A METODOLOGIA DA EPPC?

Nossa metodologia tem como base a associação da **Pesquisa-Ação** com a **Educação Popular**. A Pesquisa-Ação orienta as pessoas envolvidas no processo de investigação de sua própria realidade e na atuação crítica sobre ela. A Educação Popular privilegia a multiplicidade de saberes e das diversas realidades culturais na construção de novos conhecimentos.

O potencial desta proposta de estudo e ação está na possibilidade de fusão de saberes acadêmicos/técnicos e populares. Para a universidade, essa proposta metodológica promove movimentos singulares: 1) permite o acesso a conhecimentos essenciais para entender as reais dinâmicas territoriais apresentadas na escala do cotidiano e o reconhecimento de processos estruturais nessas dinâmicas; 2) faz emergir entendimentos novos sobre a condução das práticas educacionais, a articulação ensino-pesquisa-extensão e as contribuições das ações da instituição de ensino superior em seu território para a almejada justiça social.



E, para a população, significa que passa não só a ter acesso ao conhecimento que é produzido sobre ela e seu meio, como também a construir junto com pesquisadoras (pesquisadores) e técnicas (técnicos) esse conhecimento, fortalecendo-a quando da ocorrência de processos bruscos de transformações da paisagem, sobretudo pelas grandes intervenções públicas/privadas.

**A partir desse entendimento, são organizadas as seguintes etapas de trabalho:**

1. ORGANIZAÇÃO DA REDE INICIAL DE TRABALHO

2. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS VULNERÁVEIS

3. ORGANIZAÇÃO DA REDE DE AÇÃO

4. ESTUDOS COLABORATIVOS, FORMAÇÃO E EDUCOMUNICAÇÃO

5. PLANOS ALTERNATIVOS ÀS REMOÇÕES

## 1. ORGANIZAÇÃO DA REDE INICIAL DE TRABALHO

- Organização de projetos de ensino - pesquisa e extensão universitária, para o desenvolvimento da base de estudos sobre os conflitos no território e a identificação das(dos) agentes envolvidas(envolvidos).

## 2. IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS VULNERÁVEIS

- Identificação e mapeamento das áreas de moradia irregular nos territórios (meio rural e urbano).
- Levantamento de dados sobre grandes projetos a serem implantados em até 20 anos nesses territórios (localização, dimensão, investimentos previstos).
- Mapeamento com a sobreposição desses dois contextos de informações, gerando a identificação das comunidades vulneráveis e dos impactos relacionados.
- Identificação das(dos) agentes envolvidas(envolvidos) nos grandes projetos previstos (investidoras(investidores), construtoras, empresas), bem como os recursos empenhados.
- Construção de uma base de dados disponíveis on-line.

## 3. ORGANIZAÇÃO DA REDE DE AÇÃO

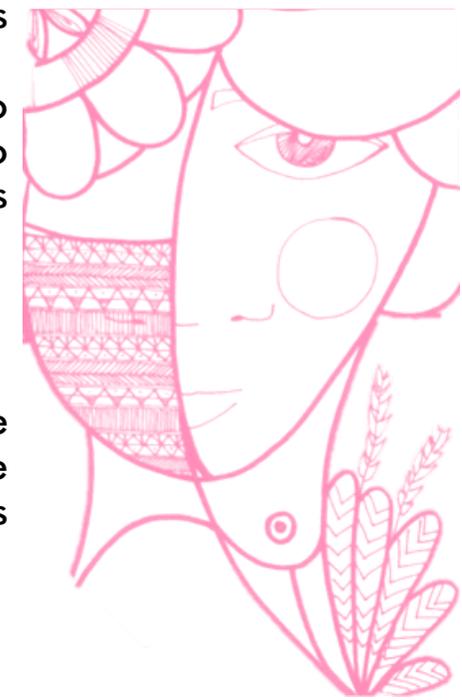
- Identificação das(dos) agentes estratégicas(estratégicos) nas áreas vulneráveis (lideranças locais da comunidade, poder público, instituições de defesa de direitos humanos e urbanos).
- Reuniões com as(os) agentes envolvidas(envolvidos), promoção de diálogos e mediação social.

## 4. ESTUDOS COLABORATIVOS, FORMAÇÃO E EDUCOMUNICAÇÃO

- Estudos internos nas comunidades e de ações específicas de diagnóstico e comunicação social (questionários abertos semi estruturados para análise do perfil socioeconômico, estudos de história oral, levantamentos do meio físico, mapeamentos sociais sobre as redes sociais estabelecidas, bem como deslocamento no território, análise tipológica das moradias, entre outros), como suporte para a elaboração de planos alternativos às remoções forçadas a serem entregues a instituições de direito para a defesa da comunidade.
- Recorridos no território, debates entre comunidades vulneráveis às remoções e comunidades reassentadas, cursos de formação com as comunidades sobre estudos realizados para aprofundá-los.
- Organização de ferramentas de comunicação social para difusão do conhecimento produzido (jornal popular, rádio post, cartões postais, cartilha sobre direito à moradia, cordéis de memória popular).
- Organização de campanhas de comunicação e intervenções culturais.
- Formação popular sobre o conhecimento construído colaborativamente e sobre os direitos da população (Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio, Graduação e Pós Graduação).

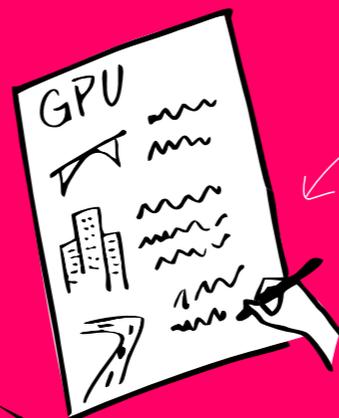
## 5. PLANOS ALTERNATIVOS ÀS REMOÇÕES

- Organização de planos alternativos às remoções forçadas e de auxílio na implantação dos mesmos (propostas de regularização fundiária na comunidade ou em áreas próximas, cessão de uso e parques agroecológicos).



## VAMOS REPLICAR ESSA METODOLOGIA?

1. Identifique, com pontos e linhas azuis, áreas possíveis de implantação de projetos grandes ou pequenos, públicos ou privados, ou parcerias público privadas.
2. Identifique, com pontos vermelhos, áreas vulneráveis às remoções em um mapa ou foto aérea (favelas, ocupações, bairros populares e irregulares).
3. Circule, com uma cor diferente das já usadas, regiões em que existem sobreposição de áreas populares e projetos urbanos.



4. As áreas identificadas serão os focos de pressão socioambiental. A partir dessa identificação, analise os projetos, as(os) agentes envolvidas(envolvidos) e recursos. Procure analisar a relação entre projetos e a valorização imobiliária da região.
5. Nesse foco de pressão socioambiental, identifique: potencialidades, lideranças locais, movimentos sociais, coletivos de cultura, universidades, espaços de defesa de direitos.
6. Construa uma rede local para formação sobre a reestruturação urbana e social da região, com parceria de escolas públicas atuando junto a vários níveis de formação.
7. Construa estudos e trabalhos de comunicação popular para a difusão desses dados.
8. Construa espaços de defesa, mediação e proposições alternativas às remoções.

# Atividade 01 – CONSTRUA SEU MAPA

PASSO 01: Desenhe o mapa do seu território, ou, use uma imagem pronta

**PASSO 02** Identifique, com linhas ou pontos azuis, os projetos e relacione-os:

---

---

**PASSO 03** Identifique, em cada projeto, as(os) agentes envolvidas(envolvidos):

---

---

**PASSO 04** Avalie o papel do poder público (municipal, estadual e federal) nesses projetos:

---

---

**PASSO 05** Identifique, de modo aproximado, os recursos envolvidos:

---

---

**PASSO 06** Identifique, no mapa, com pontos vermelhos, possíveis comunidades afetadas por esses projetos, e relacione-as:

---

---

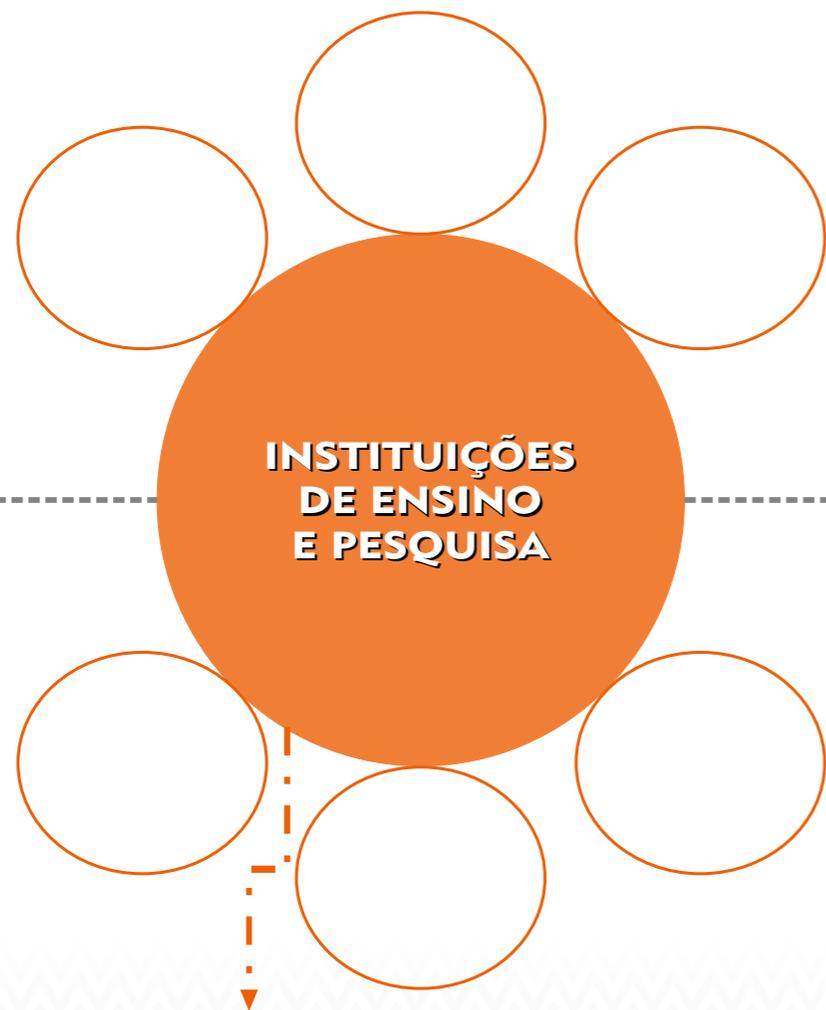
**PASSO 07** Circule , com uma cor diferente das que você usou até então, áreas de sobreposição de projetos e comunidades. Agora relacione quais são os focos de pressão socioambiental.

---

---

## Atividade 02 – CONSTRUA SUA REDE

PASSO 01: Nos círculos abaixo, adicione os nomes de pessoas, comunidades e instituições estratégicas para sua rede. Lembre-se que qualquer uma(um) pode ser a(o) agente inicial articuladora(articulador) dessa rede!



\*Lembre que não são só estratégicos os espaços de educação superior. As escolas públicas de ensino fundamental, médio e de Educação de Jovens e Adultos, são muito importantes para a formação de pessoas conscientes nos territórios impactados.



\*Quanto maior a diversidade da rede, maior será sua capacidade de ação.



\*Podem ser inseridas(inseridos) agentes de defesa público e privados e ONGs de Direitos Humanos.

PESSOAS E INSTITUIÇÕES JÁ CONECTADAS

PESSOAS E INSTITUIÇÕES PARA SE CONECTAR

## Atividade 03 – CONSTRUA SUA AGENDA DE AÇÃO



**PASSO 1:** Organize encontros presenciais e virtuais (se necessário) com a rede. Se você identificar mais de uma comunidade vulnerável às remoções pelo mesmo projeto, organize uma agenda conjunta de construção das demandas dessas comunidades.



**PASSO 02:** Construa uma agenda para ampliação desse debate, incluindo, por exemplo, assembleias, fóruns, seminários e audiências públicas.



**PASSO 03:** Dê destaque às potencialidades das comunidades, e não se restrinja só às violações sofridas, construindo uma agenda de ampla comunicação popular, campanhas e intervenções culturais.



**PASSO 04:** Construa uma agenda para formação das(dos) agentes envolvidas(envolvidos), bem como para, formação de formadoras(formadores) em novos territórios. Fortaleça essas formações, a partir da fusão de saberes técnicos, científicos e populares, proporcionando encontros entre comunidades organizadas e não organizadas.



**PASSO 05:** Construa uma agenda de oficinas para a realização das ações de defesa e planos alternativos às remoções, a fim de que essa construção colaborativa seja efetivamente um processo formativo.

**AGENDA INICIAL:** Organize, a seguir, um cronograma inicial de trabalho. Considere a possibilidade de que ele seja construído em etapas de execução do trabalho, indicando possíveis datas:

**ETAPA 01:**  
**MÊS / ANO:**

**ETAPA 02:**  
**MÊS / ANO:**

**ETAPA 03:**  
**MÊS / ANO:**

**ETAPA 04:**  
**MÊS / ANO:**

**ETAPA 05:**  
**MÊS / ANO:**